

REDE DE INTRIGAS: ETHOS NOBILIÁRQUICO E INTRIGAS NA CORTE DE D. JOÃO V SOBRE AS MERCÊS E CARGOS NO IMPÉRIO

Marcos Aurélio de Paula Pereira *

Resumo: Este artigo aborda temática de minha tese de doutorado sobre a política e vida do Conde de Assumar, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Procuro examinar a cultura política portuguesa na primeira metade do século XVIII e propriamente a metamorfose da Razão de Estado. Vislumbro situações na corte de D. João V de intrigas, disputas por prestígio e antipatias que envolviam o monarca e outros nobres, especialmente Assumar e os Condes da Ericeira. O texto que agora apresento procura responder questões sobre como o rei lidava com os nobres, como era por eles visto e porque alguns podem ser tidos como perseguidos dentro da corte. Traços do *ethos* da sociedade de corte.

Palavras-chave: nobres – intrigas - mercês

Abstract: This article approaches thematic of my thesis of doctorate on the politics and life of the Conte of Assumar, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Searching the Portuguese culture politics in the first half of XVIII century and properly the metamorphosis of the Reason of State. I glimpse situations in the court of D. João V of intrigue, disputes for prestige and dislike that involved the monarch and other noblemen, especially Assumar and the Conte of Ericeira. The text that now I present search to answer questions on how the king dealt with the noblemen, how he was seen by them and why some of then can be seen as pursued inside of the court. Traces of the *ethos* of the court society.

Norbert Elias em sua obra *o processo civilizador*, explica que na sociedade de corte os indivíduos dela participantes se prendiam numa interdependência mútua porque esse seria o local social onde as pessoas teriam a oportunidade de satisfazer suas necessidades sendo essas reiteradamente geradas pela mesma sociedade em que viviam. A necessidade básica de preservar seu prestígio e de se distinguirem motivava as pessoas mais do que os interesses econômicos. Almejavam a manutenção de seu *status* de classe. (ELIAS, 1994: 222-223) Na metáfora de Elias da corte como bolsa de valores, onde cada um tinha sua estimativa de valor dada pelo apreço que o rei lhe tratava, encontramos o principal referencial de como o prestígio e a reputação em tal ambiente oscilavam ao bel prazer dos poderosos. O mais poderoso era o rei, dele e da aproximação a ele derivava o poder e o brilho - e aos olhos de seus pares – de cada um. Do mesmo modo a hierarquia do prestígio gerava conflitos e disputas constantes que induziam as pessoas a fazer associações com quem ocupasse melhor posição e a evitar inimizades inúteis, planejando as táticas contra os inimigos inevitáveis.

* Doutorando do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF/Niterói.

(ELIAS, 1994:120) Tudo isso aqui considerado acontecia na corte lisboeta num quadro em que as cores variavam mas a moldura e o cenário permaneciam os mesmos.

Nessa situação o cume da pirâmide nobiliárquica se definia pelos títulos e cargos palatinos e pelos ofícios da Coroa, no ultramar e na Europa. A lógica da liberalidade régia causava uma relação de interdependência também entre o monarca e os nobres que o serviam. Vemos nesse ínterim que o rei estava preso às pressões das classes que lutam por uma maior projeção política e pela própria lógica do exercício do poder que o “obrigava”, como o mais poderoso a ser liberal. O rei tinha de lidar com as pressões das casas nobres poderosas. Derivava assim que a corte configurava-se como instância de mediação para se obter o mais importantes ofícios. Nesse ambiente proliferavam as intrigas e conluios dos poderosos em torno do monarca. A casa dos Condes de Assumar, dentre outras, participava desses antagonismos que se convertiam em verdadeiros partidos de nobres contra nobres. O rei não assistia a tudo inflexível, tinha preferências e antipatias. Vamos demonstrar agora como D. Pedro de Almeida e seus amigos se moviam nesse tabuleiro que era a corte de Portugal.

Enquanto soldado e servidor da coroa o 3º Conde de Assumar viveu momentos de glória e dificuldades e ostracismos. Também seu filho D. João de Almeida, foi condenado a dezoito anos de prisão por acusação de envolvimento numa tentativa de assassinato de D. José I, o famoso caso dos Távoras. Depois da guerra de sucessão da Espanha, D. Pedro Miguel foi mandado para a capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1717, regressando em 1721. Enquanto estava nas Minas manteve contato com a corte. O Marquês de Abrantes,¹ que se considerava primo do governador, escreveu pedindo informações a D. Pedro sobre os animais e pedras das Minas. Na mesma correspondência citava a existência de certa oposição ao governo de Assumar na corte e nos órgãos administrativos da Coroa.

*Tudo quanto V E. tem obrado achou nesta Corte comum aprovação, efeito igualmente produzido do seu acerto e da sua reputação, e nesta parte pode estar certo que **não chega a oposição a alterar o justo conceito que S. Majestade tem formado do merecimento de V E.** confirmado pela experiência do bem que o serve e com as novas comissões que lhe encarrega do seu Real Serviço, as quais entreterão a V E. ainda este ano para o que vem se poderá cuidar em restituir a sua casa, como V E com muita razão apetece. (BNL-CX 98, doc 11: fl. 23-23v)*

A carta deixa clara a existência de uma oposição na corte ao Conde de Assumar. Quem seriam esses opositores e quais intenções e sentimentos os moviam? A documentação que temos examinado não nos permite identificar todos os êmulos de D. Pedro, mas é possível

¹ Rodrigues Annes de Sá Menezes e Almeida. Embaixador extraordinário em Roma no pontificado do papa Clemente XI retornou à Lisboa em 9 de abril de 1718. Era camarista do rei em 1719 segundo Tristão da Cunha Ataíde. Era filho do Marquês de Fontes.

citar casos aonde alguns são descritos como possíveis adversários do Conde de Assumar. Contudo isso só aparecerá na documentação após o regresso de D. Pedro das Minas

Quando regressou da América em março de 1722, trazendo grande cabedal, o Conde recebeu ordem de não ir à presença real e o monarca mandou tirar devassa de seu governo. Em Lisboa já se encontravam algumas pessoas que ele teria mandado das Minas e se queixavam dele assim como ele delas. (ATAIDE, 1990: 340) As fontes que dispomos nos mostram outras **situações de intrigas na corte lusitana**. Continuemos observando os relatos que envolviam o Conde de Assumar na corte. Entre 1723 e 1726 o estrangeiro e memorialista Merveilleux após comentar sobre Assumar, Alegrete e os Ericeiras como mais cultos e dedicados às artes fez uma crítica à política de outro nobre, o Marquês de Abrantes, de afastar as pessoas da presença real e de ser rico às custas das mercês régias. (MERVEILLEUX, 1989: 153)

Ainda mais, a situação de ostracismo que o Conde de Assumar viveu após o regresso de seu governo nas Minas seria, segundo o documento, resultado da ação do mesmo Marquês de Abrantes. Era comum que os governadores, depois que retornassem do serviço no ultramar tivessem seu governo devassado. Porém, isso não seria o suficiente para afastar um *Grande* do convívio real por muito tempo. Merveilleux comenta que tal ostracismo de D. Pedro era resultado da inveja de Abrantes que influenciava o rei.

Foi para que o estrangeiro falhasse que o marquês de Abrantes o fez incumbir de tal missão, porque via com desgosto a protecção que lhe dispensava o secretário de Estado e a amizade que lhe tinha o conde de Assumar, homem sabedor e com curiosidades, a quem ele invejava o gênio e a habilidade. O marquês conseguira que esse senhor fosse afastado da corte e sem autorização para se apresentar a beijar a mão ao rei desde o seu regresso das minas. O favorito temia-se dos méritos do conde de Assumar por serem superiores aos de qualquer da sua camarilha e receava que o rei, sagaz como é, se apercesse de tal diferença. E assim o marquês ia adiando a inquirição ao governo do conde a fim de evitar que ele se aproximasse da real pessoa. Porque é costume em Portugal que quem regresse depois do exercício de um vice-reinado não apareça na corte enquanto não sejam julgados os actos do seu governo em paragens remotas. Se acontece de que um governador chamado ao reino venha encontrar inimigos seus no ministério, fica em risco de esperar por dilatado tempo a aprovação da sua conduta.” (MERVEILLEUX, 1989: 159)

Não temos mais informações que possam confirmar as acusações acima nem mesmo desmenti-las. Entretanto outros relatos demonstram a influência do Marquês de Abrantes que enquanto camarista do rei tinha seus protegidos.² A situação de Assumar de ficar afastado da

² Um deles foi o padre Bartolomeu Lourenço, o voador, irmão de Alexandre de Gusmão que estava em Paris como secretário do embaixador de Portugal na corte de Luis XIV, Conde da Ribeira Grande. Ele tinha, por favor, de Abrantes, entrada no paço aproximando-se do rei e conseqüentemente aberto as portas à Alexandre.

presença régia se repetiu também com seu amigo Conde de Ericeira quando este retornou de seu primeiro vice-reinado na Índia. É interessante que Tristão da Cunha Ataíde menciona ser a primeira vez que se fazia tal procedimento a um vice-rei. (ATAÍDE, 1990: 352) Enquanto isso o Conde de Assumar esperava documentos provenientes de Minas para seu processo. Vimos que os condes de Assumar e Ericeira não eram chamados à presença da realeza estando em *livramento*. Passados três anos do seu regresso à corte D. Pedro não tinha sua situação resolvida mesmo sendo seu pai membro do Conselho de Estado.

Norbert Elias no estudo da corte francesa afirma que o rei sabia lidar com as paixões e sentimentos da nobreza. Compete-nos também inferir quais seriam os sentimentos da nobreza sobre o monarca? No nosso caso em questão – é possível desvendar os sentimentos existentes da casa Assumar com relação ao soberano. D. João de Almeida, filho de D. Pedro M. de Almeida, quando estava em Paris escreveu ao pai na Índia sobre algumas audiências que teve ao rei francês na companhia de D. Luis da Cunha. Queixava-se de não ter ido servir como militar em Flandres e termina por repetir uma frase que teria aprendido com o pai: “***E nesta matéria sigo a máxima de V. Excelência que vassalo de rei pequeno é ser verdadeiro escravo.***” (MONTEIRO, 2000:31)

Ainda sobre aos sentimentos e opiniões acerca do rei e da corte encontramos novamente D. João de Almeida, neto, criticando o rei em carta dirigida à mãe e fazendo comparações. Esperava que D. José, príncipe herdeiro fosse diferente do pai e que modernizasse Portugal ou colocasse o país em situação menos desfavorecida frente às demais potências européias. (ANTT-Casa de Fronteira e Alorna nº 122, 1745) Não apenas o pai, mas também a mãe compartilhava das opiniões do jovem fidalgo. Numa carta ela chega mesmo a esperar a morte de D. João V, assim como o filho, para que a corte tivesse mudanças: “(...), e lá virá tempo em que os vassalos desta Coroa tenham mais liberdade, ***El Rey não há de viver sempre, e se o que vier for mais fácil poderás tu ir buscar Luis quando houver de vir, e com esse pretexto ir estar 6 ou 8 meses em Paris.***” (ANTT-Casa de Fronteira e Alorna nº 122, 1745).

Uma parte da nobreza nutria sentimentos de repulsa ao tratamento que recebiam da coroa e tinham expectativas de mudança, a família do Conde de Assumar um exemplo. Note-se a importância conferida ao papel que o monarca tem como central nessa lógica de relacionamento entre ele e a nobreza que o servia nos melhores postos do serviço régio e palatino. A Marquesa e seu filho não falaram de uma mudança política ou uma nova postura como frutos de um movimento cultural ou nova corrente de pensamento. Para eles a mudança viria na pessoa de um novo rei. A figura régia sintetizava em si a política e as relações de interdependência com os nobres e outros valores centrais daquela sociedade. A vontade

política – do rei e dos principais conselheiros régios e ministros - alterara paulatinamente o cenário da corte e das concepções e leituras da sociedade do Antigo Regime, acabava alterando desse modo também a administração de todo o império ultramarino. Uma Razão de Estado baseada cada vez mais na forma de governar que no discurso jurídico está em silenciosa ascensão.

Não são do meu gosto: antipatias

Charles Boxer na nota biográfica que escreveu sobre D. Pedro Miguel de Almeida Portugal menciona que o Conde, tanto ele quanto Ericeira, não era bem quistos por D. João V. Cogita que isso era por serem ambos fidalgos influenciados por idéias estrangeiras ou devido ao anticlericalismo real ou suspeitados deles. (BOXER, 2000:397-398) Para Boxer o rei sentia um misto de antipatia e respeito pelos nobres referidos. Estaria o historiador exagerando? Quais seriam as antipatias do monarca em relação a esses nobres e em quais situações? É o que tentaremos descortinar agora.

Na correspondência trocada com o amigo e conselheiro Cardeal da Mota, D. João V discute várias vezes acerca do provimento de postos no ultramar e as mercês que deveria dar aqueles que o servissem ao longo do império. Veremos nessa discussão um exemplo de como o provimento dos cargos de governador e vice-reis do ultramar era discutido entre os nobres e preferidos do rei, revelando também as intrigas e disputas da primeira nobreza do reino. Um conjunto de cartas escritas de 1740 até a morte do rei traz esse aborda tais assuntos. Julga-se que tenha sido grande a influencia de João da Mota e Silva, Cardeal da Mota, membro do conselho de Estado português desde 1717, amigo pessoal do rei a partir de 1724 até sua morte em 1747 poucos anos antes do falecimento do monarca. Era tido pelo embaixador D. Luis da Cunha como “primeiro ministro do rei,” apesar de tal cargo inexistir naquela corte à época. O próprio embaixador chegou a acusar o cardeal de ter, *muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e ainda menos activo nos domésticos*. (MACEDO, 1960: 81)

Entre os muitos nomes de nobres cogitados para os serviços no ultramar, o dos 4º e 5 Condes de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes e D. Luis Inácio Xavier de Menezes respectivamente, aparecem em várias menções com detalhes de como freqüentemente interpelavam e incomodavam o rei sobre as mercês que esperavam. O motivo eram as discussões em torno do vice-reinado na Índia.

Concentraremos nossa análise nas intrigas e partidos da corte através da correspondência trocada com o rei acerca de vários assuntos, tantos íntimos como de Estado

onde o rei segredava ao amigo sua opinião sobre as pessoas.³ É na discussão desenvolvida sobre o vice-reinado na Índia que encontramos as opiniões do rei sobre os Condes de Ericeira e o Conde de Assumar. O primeiro estava cogitado para ser o vice-rei e nisto pedia mercês, tenças e aumento do título de sua casa para marquês. O rei relutava o máximo que podia em atender as petições dos Ericeiras. Quanto a D. Pedro de Almeida sempre foi referido próximo aos Ericeiras e possível substituto destes. Interessante notar que freqüentemente os Ericeira e D. Pedro são várias vezes referidos juntos, compartilhando uma mesma opinião do rei.

Os pedidos do Conde de Ericeira poderiam causar constrangimentos ao rei com outros nobres. O monarca comentava que Marialva⁴ - tido por comandante do partido do Marquês de Angueja - ficaria escandalizado em ver os Ericeiras, pai e filho, com muitos bens em vida e o neto já conde, na mesma situação seria ainda pior vê-los Marqueses antes de Catanhede.⁵ (BRASÃO, 1945: 72) Os pedidos do Conde de Ericeira continuavam incomodando o rei e ele então cogitava mandar o Conde de Assumar praguejando: “(...), *mas V. E vasse já armando para Assumar ou Monteiro, ou outro por que se eles Ericeiras teimarem, eu não lhes dou quartel salvo,.*” (BRASÃO, 1945: 75) Essa preferência para o posto de vice-rei entre os dois nobres não era segredo. Na época sempre se cogitava de mandar um ou outro desde o início do ano de 1740. (MATOZO, 1937:20) Normalmente, quando estava aborrecido com os pedidos dos Ericeiras o rei sempre respondia: “(...), *e quando não, nomearei logo o Assumar ou outro que possa ir servir à Índia, e despacharei o velho a seu tempo como me parecer, (...)*” (BRASÃO, 1945: 72) O que realmente pedia D. Luis de Menezes, referenciado na documentação como o *conde moço*, que importunavam o cardeal el rei? Justificando o pouco tempo que ele e o pai tinham para fazer a matalotagem antes da viagem e os empenhos com o casamento de seus dois filhos, pedia uma ajuda de custo ao rei, além de que se acrescentasse o título dele para o marquesado e que a casa (nobiliárquica) de seu pai e avô já fosse garantida ao filho. (BRASÃO, 1945: 90)

Na discussão sobre o título de marquês a ser conferido ao Conde de Ericeira moço e outras mercês para a família, vemos as artimanhas do rei contra tais pedidos e prerrogativas. Tudo leva a entender que D. João V não queria ver a casa dos Ericeira elevada em grandeza mas não tinha como deixar de conceder o aumento do título à quem partia à Índia como vice-

³ Esse conjunto de cartas foi publicado por Eduardo Brasão na obra D. João V: subsídios para história de seu reinado. Tais cartas provavelmente foram as que o cardeal da Mota deixou em poder de seu irmão, Pedro da Mota e Silva, secretário do Estado que ocupava a pasta de ministro dos Negócios Interiores do Reino. BNL cód. 480. Morte e testamento do Cardeal da Mota. 04 de outubro de 1747, fl. 79-79v

⁴ D. Diogo de Noronha, filho terceiro dos Marqueses de Angueja, casado com D. Joaquina Madalena da Conceição de Meneses, herdeira da casa dos Marqueses de Mariaval como terceira Marquesa do título, foi mestre de Campo General e estribeiro-mor do rei.

⁵ D. Pedro de Meneses, 6º Conde de Catanhede e 4º Marquês de Marialva

rei. Se entre 1640 e 1834 apenas 4 dos 28 vice-reis da Índia nasceram grandes (herdeiros de suas casas nobres), verifica-se que 22 deles morreram grandes ou podendo deixar a titulação como herança. (MONTEIRO, 2003:540) Dentre esses *Grandes do Reino*, três conseguiram elevar a casa do condado para o marquesado. Durante o governo de D. João V seriam respectivamente o 1º Marquês de Louriçal (5º conde de Ericeira) e o 1º Marquês de Castelo Novo/Alorna (3º Conde de Assumar). Voltando às estratégias do monarca ele procurava meios para não atender as petições dos Ericeiras. Nos processos enviados pelos advogados dos nobres D. João V queria cassar ao “conde moço” os seus serviços, especialmente os não aprovados em relação aos feitos na primeira vez que foi para Índia, almejando o rei nessa estratégia o cancelamento de várias outras mercês:

É também necessário que V E. esteja advertido no modo por que se hão de cassar ao Conde Moço os seus serviços especialmente os que a sentença não aprovou e os da Índia, porque poderá ser que aos semelhantemente condenados, e declarados, lhes fiquem ou todos ou parte dos serviços perdidos; e por outra parte se deles não fizermos menção no despacho que agora se deu, poder se há entender, ou duvidar para o futuro de que eles ficassem ou não cassados, como convém que fiquem, [...] (BRASÃO, 1945:100)

Em abril de 1740 na correspondência que enviou ao cardeal da Mota D. João V entre outros documentos concedia o título de Marquês de Louriçal a D. Luis Inácio Xavier de Menezes, 5º Conde de Ericeira. Numa comunicação não muito clara sobre a cassação de serviços dos condes no reino e outros embargos sobre tenças e demais mercês o rei pedia que o cardeal da Mota revisasse e corrigisse alguns despachos que fizera. Além disso, proibia a cópia de alguns e que não se repetisse o que fazia, *mais que com os dous Condes*. Na mesma correspondência mandava vários papéis retendo os extratos dos despachos dos vice-reis, ordenando estranhamente: *dos quaes quero mandar copiar à parte, os do Conde de Assumar incluzive para cá*. (BRASÃO, 1945:110-111) Seguindo na mesma carta acerca dos pedidos dos Ericeiras trata a pai e filho de forma diferenciada na concessão dos pedidos feitos por eles. Termina referindo-se novamente a Assumar e Monteiro mor,⁶ sugerindo que o cardeal da Mota fizesse o que quisesse mas com bastante cuidado; advertia: *com esta gente é necessária grande cautela*. (BRASÃO, 1945:112)

Não só nestes casos sobre benefícios e mercês por prestação de serviços nota-se a opinião do rei sobre alguns nobres. Ao tratar sobre a embaixada portuguesa em Madri o rei mostrava a preferência para alguns só confiando no marquês de Marialva e em Abrantes.

⁶ Francisco de Melo que ocupava o cargo palatino transmitido por sucessão.

Sobre outros declarava não os querer lá: *Ericeira e Assumar também não são de meu gosto para Madri*. Com frequência o rei se referia aos dois condes conjuntamente.

É possível corroborar a idéia de Charles Boxer sobre o rei não gostar dos condes de Ericeira e de Assumar. O soberano debateu com outro conselheiro seu, o cardeal da Cunha,⁷ acerca do vice-reinado na Índia em março de 1740 e depois fez comentários sobre o dito ao seu outro cardeal. Nessa conversa que o rei relatava ao amigo o monarca dizia que não deveria violentar o 4º Conde de Ericeira (que não acompanhou o filho ao oriente) visto não receber tantas notícias da Índia. Continuava declarando o rei: *queria livrar-me do pensamento de mandar o outro Conde*. (BRASÃO, 1945:127) Quem seria esse outro conde? Poderiam ser duas pessoas, o velho 4º Conde de Ericeira ou Assumar, vejamos. Seguindo a mesma correspondência, segundo o rei, o Cardeal da Cunha lhe contou que o 4º Conde de Ericeira (pai) lhe fizera várias alegações caso tivesse que ir à Índia também, o rei teria respondido ao velho cardeal:

*[...], o que respondi ao Cardeal foi geralmente que elle não era só o que havia de ir a Índia; que ali bem se sabia como tinham ido outros; que eu veria e consideraria o papel, (...) disse lhe que não duvidava de que o Conde era o mais instruído naquele estado, e que por isto o preferia ao **outro** mas que este também não era mau nem ali teria muito que fizesse escrupulosa a eleição por que se não davão grandes presentes como nas Minas, e por este modo fui alternando louvores do **Conde seu amigo** e conhecimento que tinha dele a respeito de varias coisas que o Cardeal ia contando.” (BRASÃO, 1945:128-129)*

Indubitavelmente o outro conde amigo dos Ericeiras era Assumar que foi cogitado de ser mandado para Índia caso o 5º Conde de Ericeira não aceitasse. Outra prova é o rei mencionar os presentes que o *outro conde* trouxera das Minas e também o conhecimento que tinha dos seus préstimos. Ao que tudo indica, ao pedir que se copiassem informações sobre o Conde de Assumar, D. João V se preparava para tais interpelações ou para realmente enviar D. Pedro. Descortina-se também a estratégia do rei: diante do cardeal da Cunha, que vinha trazer os pedidos de parte da nobreza, o rei respondia que esse ou aquele podia ser substituído, Ericeira por Assumar é o caso que temos de mais nítido. Porém, ao tratar em segredo com o amigo cardeal da Mota o rei dizia que não queria Assumar à época na Índia.

O que se nota é que o rei tinha suas preferências ao mesmo tempo que os nobres sabiam fazer certas exigências para *melhor servir*. Os condes da Ericeira entravam com suas petições lembrando aos secretários régios a tradição de conceder mercês e títulos honoríficos

⁷ D. Nuno da Cunha de Ataíde, filho de Luis da Cunha de Ataíde. Deputado da inquisição em Coimbra e Lisboa, depois tornou-se inquisidor geral. Foi feito conselheiro de Estado em 1707 e cardeal em 1712

aos enviados ao ultramar. Os despachos conferidos pelo rei estavam dentro de sua estratégia de tentar diminuir ao máximo as despesas que teria ao conceder os benefícios pedidos. Nota-se também na documentação a existências de grupos, não fechados de nobres, aos quais o monarca considerava serem dos seus. O rei tinha cuidado naqueles que iriam para a Índia servir em vários postos, especialmente os bélicos. Exortava, sobre os muitos que lhe pediam passagem para o oriente, se eram criados ou da obrigação dos condes de Ericeira ou Coculim.⁸ Fala sobre o marechal Pierrepont, herói da conquista de Alorna. Lembra do cuidado que o cardeal deveria ter nas instruções a serem passadas ao vice-rei acerca dos franceses que havia na Índia e Moçambique. Isto porque o 5º Conde de Ericeira era reconhecido como propenso e de gênio para franceses, enquanto estes bem conheciam o nobre e toda sua casa. (BRASÃO, 1945:159).

Identifica-se a repugnância do rei em torno dos amigos da casa dos Ericeiras. Os ericeirenses eram com certeza mal vistos pelo monarca. Não era apenas na questão dos postos do ultramar que se verifica sua repulsa por uns e preferências por outros, também nas suas secretarias e embaixadas sua majestade confessava quem lhe parecia bom e quem não tolerava:

[...]; quanto aos mais digo que Marco Antonio absolute quero ou nomeallo, secretário ou Embaixador porque o estimo e não é homem preterível, dos mais a falar a verdade com V. E. em segredo, pouco caso faço, vejo bem, que é preciso nomear alguns mas confesso que não sei o que será melhor; ali vai gente nova que não entrou nas minhas sortes, mas os Carvalhos um é ainda novato, suposto me parece com juízo e o outro muito mais doente que seu irmão não sei se malicie alguma inculca de Ericeira, mas por outra parte duvido-a; Gonçalo não é de todo mau e já vinha nas sortes e falamos nele, também é amigo, como Guedes de Ericeira, e este homem atraca a todos e mexe muito; [...](BRASÃO, 1945:127)

Suspeita-se que “os Carvalhos” poderiam ser o futuro Marquês de Pombal e um de seus irmãos. Do mesmo modo pode-se pensar que o tal Guedes seria Antonio Guedes Pereira, secretário de Estado na pasta da marinha e domínios ultramarinos. Quanto ao Gonçalo não nos é possível supor quem seria. Tais cogitações de nomes confirmam as alternâncias entre aqueles que serviam a Coroa nos cargos mais importantes do império e de como eram vistos, ora com respeito e admiração, ora com repulsa pelo monarca. Reforça-se a idéia que o rei não gostava do grupo dos Ericeiras mas nem por isso podia abrir mão da contribuição deles no serviço régio. Sua estratégia era mantê-los afastados de sua real pessoa no serviço do

⁸ D. Francisco Mascarenhas, 3º Conde de Coculim, gentil-homem da câmara do infante D. Antonio e coronel de um dos regimentos da guarnição da corte. Era casado com D. Teresa de Lencastre, irmã da esposa do Conde de Assumar.

ultramar. Entre estes com certeza estava o conde de Assumar e seria um dos mais detestados entre aqueles que o rei afirmava temer mais que ao Maratá. (BRASÃO, 1945:165)

Para terminar permitam-me umas interpretações de uma missiva do rei ao Cardeal da Mota. Ele menciona que recebeu o cardeal da Cunha que estava intercedendo pelos Ericeiras acerca das mercês para ir como vice-rei da Índia. Na carta ficam claras as dificuldades de escolher servidores e a necessidade de mantê-los um bom tempo neste postos. Mas nota-se que o rei queria mesmo manter os Ericeiras afastado dele e tinha resposta pronta quanto fosse interpelado por outros nobres sobre as questões mencionadas. Quem seriam tais nobres questionadores e que faziam vários pedidos ao ir ao ultramar? Assumar com certeza se encaixa no perfil, além de que era muito amigo de Ericeira e sempre cotado à ir servir na Índia no mesmo cargo. Será ele o tal piolho que o rei menciona? observa-se:

Olhe V. E. bem para os cavalheiros que ficão em Lisboa e cuide em quaes se hão de mandar para a Índia, e ainda para a Bahia, quando se mandarem recolher os V. Reis, e então me dirá se é o não conveniente não lhe preferir tempo ao Conde da Ericeira! Tenho ralhado muito a cabeça a V. E. que é o que mais sinto. Deus há de ajudar que o serve sempre, e agora muito mais, não me desampare com estes benedetos Condes e com o piolho do seu colega, quero ter sempre promptas as respostas, [...](BRASÃO, 1945:134-137)

Outra hipótese é que o tal colega piolho fosse o Cardeal da Cunha que trazia os pedidos dos Ericeiras e demais pessoas desejosos de passar ao oriente.⁹ Porém, em nenhuma outra parte da documentação o rei aparece referindo-se assim a quem normalmente tratava por “sua eminência.” Além disso, como mostrado, o “conde amigo” dos Ericeiras e chamado de “outro” era mesmo Assumar. Infelizmente não disponibilizamos de um vasto conjunto de cartas como esse que se formou quando o Conde de Assumar foi nomeado por vice-rei da Índia em substituição ao seu amigo que falecera. Sabemos sim que ele entrou com várias petições ao rei. Entre os pedidos que fez D. Pedro conseguiu ser feito Marquês de Castelo Novo do mesmo modo que Ericeira foi elevado ao marquesado de Louriçal. Mas sabemos também que não queria ir ao oriente devido às dificuldades da sua casa que se encontrava cheia de dividas, com dois filhos na França, estando um para casar e filhas para tomar o hábito. O título novo foi apenas uma prerrogativa como sabia o amigo D. Luis da Cunha. (BNL- cód. 10671, 1744: fl. 1-3) Foi duramente rechaçado pelo rei em seus pedidos de dispensa. Na mesma época corria à boca pequena que o Cardeal da Mota apressava pessoalmente os recursos e meios para que Assumar fosse ao oriente. Sua nomeação seria

⁹ Por vários documentos o cardeal da Cunha aparece trazendo os pedidos e argumentos do 4º Conde de Ericeira e também do 5º que foi mandado como vice-rei. Ver nas cartas 8, 21, 22, 23, 24.

resultado das lutas partidárias dos nobres em torno dos melhores postos da Coroa, procuravam afastá-lo da Corte, tirá-lo do convívio daqueles que junto com ele poderiam ameaçar o prestígio e o poder de outros. Especulava-se à época que sua indicação para substituição do falecido Marquês de Louriçal seria da fruto da ação do partido dos marqueses de Alegrete em conluio com o Cardeal da Mota.

18. O conde de Assumar não podendo ontem falar a El rei como se disse mandou lhe hoje hum papel pelo secretário de Estado Antônio Guedes, em que representava a S. Majestade, que se achava com 55 anos, com pouca saúde, com sua Casa empenhada; [...] com dois filhos em França, um para lhe dar o Estado de casado, que era sucessor da Casa, duas filhas para fazer freiras, uma para casar, e a sua Casa cheia de exceções; mas entende se que tudo isto valerá pouco, pois a El Rey disse que o que o Conde tinha de lhe dizer que ele o sabia muito bem. [...] Ainda o Conde de Assumar não teve resposta do papel que ontem mandou a El Rey, e dizem que o partido dos Alegretes, junto com o Cardeal da Motta o fizeram nomear para a Índia, [...]

Ele iria enfrentar o Maratá que invadia e perturbava os domínios do rei. Pelo visto o inimigo no oriente importunava menos que muitos nobres. Em 1744 D. Pedro foi enviado para Goa como vice-rei. Lá enfrentou inimigos externos e internos durante seu governo. Aumentou os limites dos domínios lusitanos no oriente, venceu batalhas memoráveis que o fizeram ser chamado, segundo seu filho, de herói do século em Portugal. Enquanto estava na Índia D. João de Almeida, seu primogênito, lhe escrevia dizendo que muitos nobres queriam para lá seguir a fim de alcançarem boa reputação. Ele mesmo almejava muito servir junto ao pai. Nesse cenário, após seis anos, começaram a cogitar o retorno do então Marquês de Alorna e nesse ínterim quais seriam os seus sucessores. Mais importante ainda eram as especulações sobre o cargo que ele ocuparia no governo do novo monarca: secretário de Estado, primeiro ministro, general da armada ou embaixador. Seu filho nessas não esquecia ainda de referir os ciúmes que na Corte portuguesa muitos teriam de D. Pedro M. de Almeida e declava: (...), *que enquanto V. Excelência não chega têm tempo para procurarem os meios de o afastar dela, para os não assombrar e os não perder as grandes vantagens que tem sobre todos.*” (MONTEIRO, 2000: 125-129)

A conjuntura todavia mudara. D. João V faleceu em 1750 e o novo rei era D. José I. muitos antigos validos do falecido rei foram afastados dos principais postos. Alexandre de Gusmão foi um deles. Também o velho amigo Cardeal da Cunha faleceu quando D. Pedro estava no oriente. O cardeal da Mota também. No cenário político Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal já era ministro do novo rei. Quando aportou em Lisboa, numa espécie de ironia do destino o Marquês foi novamente impedido de ir à presença real. Caíra

novamente em desgraça política. Seus acusadores já estavam em Lisboa e começava uma perseguição que duraria até quase os últimos anos de sua vida. Só uma desgraça geral o livrou do completo ostracismo: o terremoto que arrasou Lisboa em 1755.

No ano seguinte, antes de ver sua casa cair em total desgraça com a prisão do filho, envolvido sem provas no caso dos Távoras, D. Pedro adoeceu. Em novembro, no dia nove, recebia as exéquias das mãos do padre Antonio Ignácio da Costa em sua casa na freguesia de banhos de estoril em Lisboa da freguesia de mesmo nome. Encerrava-se uma vida que sempre oscilava entre as necessidades da Casa e do Estado. Um homem que vivenciou as alterações da Europa no alvorecer do XVIII e ao mesmo tempo reconhecia - e se comportava em várias situações por tal premissa – a permanência de certas tradições. Um herói militar do Reino e um nobre que se dizia invejado e injustiçado.

Bibliografia:

BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma nação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASÃO, Eduardo. *D. João V: subsídios para história de seu reinado*. 1945.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 1993

HESPAÑA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político*. Portugal século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

MATOZO, Luis Montes. *Ano noticioso e histórico*. Tomo II. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1937,

MONTEIRO Nuno Gonçalves. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal 1750-1832*. Lisboa: INCM, 1998.

MONTEIRO, Nuno G. *Meu Pai E Meu Senho Muito Do Meu Coração*. Correspondência do Conde De Assumar ao seu pai o Marquês de Alorna. Lisboa: Instituto de ciências sociais/ Quetzal, 2003.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros, Lisboa , 1983.

POVOLIDE, 1º conde de. *Portugal , Lisboa e a corte no reinado de D. Pedro II e D. João V – memórias históricas de Tristão da Cunha Ataíde*.

SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealogias dos grandes de Portugal*, 4ª ed., Lisboa , 1933.